

**COMISSÃO DA AMAZONIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAINDR**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ de 2008.  
(Da Sra. Vanessa Grazziotin e Sr. Eduardo Valverde)**

Solicita que sejam convidados o Exmo. Sr. Governador do Estado de Rondônia, o Secretário Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia; os Presidentes do IBAMA e do Instituto Chico Mendes; representante do Ministério do Meio Ambiente e representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal para tratarem da situação das unidades de conservação existente no Estado de Rondônia.

**Senhora Presidenta.**

Nos termos regimentais, requiro a V.Exa, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada até final de outubro, as autoridades acima nomeadas para tratarem da situação das unidades de conservação existente no Estado de Rondônia, em regra intrusadas ou desenvolvendo atividades econômicas incompatíveis com sua destinação legal.

**JUSTIFICAÇÃO**



5E59FFBC36

Mais de um terço de toda a superfície de Rondônia está devastada. O estado tem o maior índice, 38%, de desmatamento acumulado em toda a Amazônia Legal, formado por áreas de oito estados. Isso significa que, proporcionalmente, Rondônia devastou mais a floresta que Mato Grosso e Pará, tradicionalmente os campeões da destruição ambiental. Relatório divulgado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), formado por cerca de 600 entidades da sociedade civil, faz o alerta: a devastação tem se descolado do eixo da BR-364, hoje dominado pela pecuária, rumo às unidades de conservação e terras indígenas rondonianas. Os conflitos sociais na área estão cada vez mais intensos, diz o documento.

As causas do desmatamento alarmante têm relação direta com a falta de fiscalização e conivência do poder público. O GTA ressalta que o Executivo e Legislativo locais reduziram, nos últimos 20 anos, cerca de 20 mil km<sup>2</sup> das áreas protegidas do estado, que somam hoje quase 90 mil km<sup>2</sup>. Essas porções retiradas das unidades de conservação são sempre alvo de grupos econômicos com fins de exploração agropecuária e que conta com a conivência de autoridades estaduais.

As Unidades de Conservação, em Rondônia, representam pouco menos de 40% do estado. São quatro reservas extrativistas, oito florestas, duas áreas de proteção ambiental, 14 unidades de conservação e 24 terras indígenas. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no estado, a criação de porções de terra protegidas poderia ser um eficaz instrumento de combate à devastação, contudo a falta de fiscalização torna incontrolável a intrusão e a retirada ilegal de madeiras. A Floresta do Bom Futuro, que registrou taxa anual de desmatamento de 4,3% desde 2002, passa por uma situação grave. Cerca de 3000 mil famílias vivem na Flora, desenvolvendo atividades incompatíveis com o bioma, porém gerando na economia regional renda que sustenta os três município limítrofes.



Uma liminar da Justiça Federal, fruto de ação civil movida pelo Ministério Público (tanto federal quanto estadual, que costumam agir em conjunto em Rondônia), determinou, em agosto de 2004, a retirada de grileiros, madeireiros e demais invasores ilegais da Floresta do Bom Futuro, do Parque Estadual de Guajará-Mirim, da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e da terra indígena Karipuna. Em respeito à determinação judicial, o Ibama providenciou uma operação imediata na região sem sucesso, porém se conheceu a real dimensão do problema que se instalou nas unidades de conservação. A cada dia, a situação se complica, pois estima-se que mais de 5 mil famílias vivem hoje nas unidades de conservação, num contexto que não haveria mais estoque de terras públicas para realizar assentamentos que comportassem todo este contingente populacional.

Outro grave problema em Rondônia, que culmina em violência nas comunidades tradicionais, são os constantes furtos de madeiras em terras indígenas. Denúncia recorrente feita pelas lideranças indígenas. O indígena Almir Suruí foi, líder da étnica, foi obrigado a deixar sua Terra depois que denunciou a exploração de madeiras nas áreas indígenas e começou a ser ameaçado. O caso acabou denunciado à Comissão dos Direitos Humanos da Organização dos Estados (OEA).

**Salas da Comissões em 15 de outubro de 2008.**

**VANESSA GRAZZIOTIN/PCdoB/AM**

**EDUARDO VALVERDE/PT/RO**



5E59FFBC36